

Brasília-DF, 14 de abril de 2010.

## Greve de servidores do MTE é legítima e justa



Servidores do Ministério do Trabalho estão em greve desde o último dia 6 de abril, em luta pelo Plano de Cargos e Carreira, contratação por concurso público, melhores condições de trabalho e nova tabela salarial.

Ao longo dos últimos oito anos, o governo Lula vem aplicando medidas que retiram direitos dos servidores públicos (como a 'reforma' da Previdência de 2003, os projetos que congelam salários dos funcionários, a imposição de critérios de progressão salarial baseados unicamente em parâmetros de produtividade que visam unicamente evitar a incorporação salarial nos proventos de aposentadoria, entre outros).

**O PSOL e Plínio Arruda Sampaio manifestam apoio à greve dos servidores do MTE**, uma luta justa, legítima e que visa garantir um serviço público de qualidade para atender a população. Só com valorização do funcionalismo e investimentos públicos nos serviços de responsabilidade do Estado é possível assegurar os direitos da população.

<http://pliniopresidente.com/namidia>

## SP - Greve atinge Ministério do Trabalho a partir de hoje

Movimento atinge setor do seguro-desemprego; apenas os 50 primeiros que chegarem à sede do MTE em Sorocaba (rua 28 de Outubro, 259) serão atendidos

Uma greve vai atingir a partir de hoje metade do serviço de atendimento ao público no setor de seguro-desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Sorocaba. O órgão informou que distribuirá senha, a partir das 8h, aos primeiros 50 contribuintes que compareceram ao local. Os demais não serão atendidos.

Dos quatro servidores que atuam no setor, dois vão aderir ao movimento, que teve início ontem em nível nacional. Eles reivindicam plano de carreira e aumento salarial. Por conta disso, o atendimento aos que procuram o Ministério para resolver pendências relativas ao seguro-desemprego ficará limitado. Num dia normal, o MTE atende de 100 a 120 pessoas nesta situação.

Segundo Mônica Anunciato Marques da Silva, chefe da fiscalização e gerente substituta da Gerência Regional do MTE em Sorocaba, os servidores que entrarão em greve não podem ser substituídos. São funcionários que trabalham com senhas próprias, porque o sistema é online, integrado com Brasília, explica, dizendo que é inevitável a diminuição no atendimento.

Além da distribuição das senhas aos primeiros 50 contribuintes, a direção do MTE local pretende colocar, na frente do prédio, uma faixa fornecida pelo comando da greve, explicando os motivos da paralisação.

A orientação é para que as pessoas cheguem cedo, sob o risco de não serem atendidas. A gente pede para que venham cedo, porque quem depende do seguro-desemprego muitas vezes está sem trabalho e gasta com a passagem do ônibus, afirma Mônica. O Ministério do Trabalho disponibilizará duas linhas telefônicas para orientar os contribuintes que queiram saber como está a situação: (15) 3218-2546 e (15) 3218-2547. Outra orientação é para que o contribuinte procure uma agência da Caixa Econômica Federal, pois algumas pendências podem ser resolvidas via banco.

Além dos dois funcionários do setor de seguro-desemprego, um terceiro servidor também entrará em greve em Sorocaba a partir de hoje. Ele trabalha na área chamada de mesa redonda (mediação e acordo coletivo) e, segundo a gerente substituta, neste caso a paralisação não afetará o atendimento ao público. Os demais setores do MTE também funcionarão normalmente.

### **Motivos da greve**

A principal reivindicação dos grevistas é a elaboração de um plano de carreira específico para os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego. Recebemos o pior salário da administração pública federal, afirma Bete Lima, diretora da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e uma das coordenadoras da greve. No plano de carreira proposto, está incluída a equivalência salarial com os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem, segundo ela, R\$ 1,5 mil a mais que os trabalhadores do MTE.

Outra reclamação do comando de greve diz respeito às condições de trabalho. Segundo Bete, 40% dos 2,1 mil novos servidores admitidos pelo último concurso público já se desligaram do trabalho, pois passaram em concursos de outros órgãos. E o Ministério está ficando cada vez mais sem condições de atendimento. A situação é caótica, reclama.

De acordo com a coordenadora do movimento, a greve deve atingir pelo menos 13 Estados brasileiros. Até ontem, porém, ainda não havia a estimativa de quantos servidores aderiram à paralisação. Em todo o Brasil, são sete mil trabalhadores ligados a Ministério.

Uma outra greve havia ocorrido no final do ano passado, entre novembro e dezembro. Foram 35 dias de paralisação, mas sem a adesão de trabalhadores de Sorocaba. Na época, segundo Bete, houve o início de uma negociação com o Governo Federal, que deveria ter apresentado proposta de melhorias no dia 8 de março, o que não ocorreu. Simplesmente o Governo disse que não tinha nada a oferecer e nem colocou sua posição por escrito, ou seja, frustrou o processo de negociação. Não nos resta outra alternativa a não ser fazer a greve, até porque o atendimento está cada vez mais precário.

A reportagem do jornal Cruzeiro do Sul entrou em contato com a assessoria de imprensa do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília, para saber o posicionamento do órgão, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

O MTE em Sorocaba fica na rua 28 de Outubro, 259, Jardim do Paço, próximo da Prefeitura de Sorocaba.

Rodrigo Gasparini - Notícia publicada na edição de 13/04/2010 do Jornal Cruzeiro do Sul

### **Greve para Ministério do Trabalho em S. Paulo**

REGIANE SOARES VON ATZINGEN – DIÁRIO DE S. PAULO

A greve dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego suspendeu todos os atendimentos realizados na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo. Trabalhadores que procuraram serviços como seguro-desemprego, carteira profissional, registro profissional ou audiências de conciliação no prédio da Rua Martins Fontes, no Centro da capital, foram informados pelos grevistas sobre a paralisação por tempo indeterminado.

Cidades do interior paulista como Presidente Prudente, São José dos Campos, Guaratinguetá, Osasco, Campinas, São Carlos e Araraquara também estão com os serviços suspensos, segundo o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de São Paulo.

Os grevistas reivindicam melhores condições de trabalho e de atendimento à população e a implantação imediata de plano de carreira específico para a categoria, além de regulamentação da jornada de 30 horas semanais, com dois turnos de seis horas cada. A paralisação foi aprovada em assembléia no dia 31 de março porque, segundo o sindicato, o Governo suspendeu as reuniões para discutir as reivindicações.

“O grande responsável por isso (suspensão dos serviços) é Governo que rompeu as negociações com a categoria”, afirmou Beth Lima, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público

Federal (Condsef).

Procurado pela reportagem, o Ministério do Trabalho e Emprego não se manifestou.

### **Servidores do Ministério do Trabalho mantêm paralisação**

A greve por tempo indeterminada realizada pelos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Paraná desde o último dia 6 de abril ganhou o reforço de servidores das agências de pelo menos mais dez estados, que aderiram ao movimento na segunda-feira. Ontem, os grevistas da superintendência de Curitiba decidiram manter a paralisação, em assembleia realizada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Paraná (Sindprevs).

Dentre as reivindicações, a categoria pede a implantação de um novo plano de carreira, a contratação de mais servidores, a melhoria das condições de trabalho e a criação de uma nova jornada de trabalho com atendimento ao público de 12 horas.

**De acordo com a Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps)**, que coordena nacionalmente a paralisação, passaram a aderir à greve os servidores do MTE nos estados do Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo.

No Paraná, já aderiram ao movimento os servidores das agências de Curitiba, Maringá, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, sendo que nestas duas últimas agências a adesão foi total e os atendimentos ao público não estão sendo realizados. Na capital, cerca de 70% dos servidores cruzaram os braços e o atendimento já começa a ficar comprometido.

O MTE informou que todos os itens da pauta de reivindicações foram atendidos, com exceção do plano de carreira, para o qual o ministério não tem governança. O MTE ressaltou, inclusive, que chegou a realizar um fórum de Melhoria de Condições de Trabalho no mês de março. Já o Ministério do Planejamento, ao qual caberia o deferimento ou não da última reivindicação, ainda não se posicionou sobre o assunto. Newton Almeida O Estado do Paraná

### **Hoje é dia de paralisação do Judiciário de São Paulo! E Assembleia Geral na Praça João Mendes**

por Sylvio Micelli / ASSETJ

Os Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo realizam, hoje (14), um dia de paralisação com Assembleia Estadual da categoria às 13 horas na Praça João Mendes, no centro da Capital. Todas as medidas legais para a realização do evento já foram tomadas. Segundo informações prestadas pelas entidades representativas de Servidores do Judiciário, vários ônibus já estão confirmados com a presença de Servidores de diversas regiões do estado e da própria Capital. Aqueles que não puderem vir para São Paulo estão sendo orientados a manter fechadas as dependências dos fóruns.

O ponto principal de reivindicação dos Servidores do Judiciário é a reposição total das perdas salariais num montante de 20,16% advindos do descumprimento das datas-base de 2009 e 2010 por parte do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A presidência do TJ paulista recebeu as entidades em janeiro passado. De lá para cá não houve mais nenhuma reunião, muito menos qualquer negociação ou apresentação de uma contraproposta.

O conjunto das entidades representativas de Servidores do Judiciário reuniu-se nesta terça (13) para avaliar as reuniões que foram feitas com servidores de diversos prédios da Capital e comarcas do estado.

Na reunião passada foi aprovada pelas entidades a criação de uma Comissão de Negociação permanente com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Haverá a participação de todas as entidades nesta Comissão, mas foram eleitos sete interlocutores. São eles: José Gozze (Assetj), Hugo Coviello (Assojubs), Elisabete Borgianni (Aasptj-SP), Carlos Alberto Marcos "Alemão" (Assojuris), Yvone Barreiros Moreira (Aojesp), Antonio Grandi (Apatej) e Wagner José de Souza (Sindicato União). A escolha foi feita pelo grupo de 14 entidades representativas que tem se reunido desde o início da Campanha Salarial 2010. São elas: Assetj, Aojesp, Assojubs, Affocos, Affi, Assjesp, Apatej, Assojasp, Aecoesp, Exeje, Aasptj-SP, Assojuris, Fespesp e Sindicato União.

### **Crítica de Dilma a exilados causa polêmica**

**Opositores e aliados rebatem declaração de ex-ministra de que não "fugiu" à luta contra a ditadura, que visava atingir Serra**

Advogado do PSDB decide representar no TSE contra candidata e Lula por suposto uso eleitoral da

máquina de sindicato durante evento

Oposicionistas e até aliados ao governo condenaram ontem a declaração da pré-candidata do PT ao Planalto, Dilma Rousseff, que, na tentativa de atingir seu opositor José Serra (PSDB), criticou militantes de esquerda que optaram pelo exílio durante a ditadura militar.

"Eu não fujo quando a situação fica difícil. Eu não tenho medo da luta", disse ela, em referência à ditadura, quando foi para a clandestinidade. Serra, também opositor ao regime militar, se exilou no Chile. "Dilma cometeu uma insensatez igual à de Lula, quando ele comparou preso político a bandido ao falar sobre Cuba", disse Roberto Freire, presidente do PPS. "Miguel Arraes, Luis Carlos Prestes, Apolonio de Carvalho, João Goulart, José Dirceu... Então todos eles foram fugitivos?", questionou Freire, que apoia a candidatura de Serra e disse estar organizando um "ato de desagravo aos exilados".

**O pré-candidato do PSOL à Presidência, Plínio de Arruda Sampaio, um dos fundadores do PT,** reagiu com indignação à fala: "É uma frase aloprada de quem nunca disputou eleição". Sampaio, que também foi exilado no Chile, acrescentou: "Eu me sinto contente a respeito do meu passado. Não tenho nenhum tipo de ressentimento e tenho orgulho de ter sido exilado, de ter sido cassado".

A deputada Jô Moraes (PC do B-MG), que apoia Dilma, afirmou que "foi um equívoco" pois a saída de alguns brasileiros do país foi importante para a própria sobrevivência da ministra, presa durante o regime.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse que o comentário de Dilma foi feito há poucos dias pelo general Leônidas Pires Gonçalves, que foi chefe do DOI-Codi e ministro do Exército do governo Sarney (1985-1990). "É incrível o desrespeito dela. Parafraseando o Romário, ela calada é uma poeta." Em recente entrevista, o general classificou de "fugitivos" o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e demais exilados, pois "ninguém estava sendo preso impunemente".

### **Representação**

O advogado do PSDB, Ricardo Penteado, anunciou uma representação do partido no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) contra Lula, Dilma e os presidentes da CUT e da Força Sindical sob a acusação de uso eleitoral da estrutura sindical no ato de sábado, em São Bernardo do Campo, feito para se contrapor ao lançamento de Serra -e no qual Dilma disse a frase sobre os exilados.

"Pela lei, os recursos sindicais, compostos pela contribuição dos trabalhadores, não podem ser usados em campanha eleitoral", disse Penteado. Ele pede aplicação de multa e punição aos dirigentes sindicais. Lula abriu sua fala dizendo que estava ali para "convencer" a plateia a votar em Dilma. O presidente recebeu duas multas recentes do TSE por campanha eleitoral antecipada.

O presidente do PT, José Eduardo Dutra, afirmou que o evento foi em local fechado, como permite a lei, e que Lula estava fora do expediente. "Tem de ter bom senso. Parece que o PSDB quer ganhar no tapetão."

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA -DA REPORTAGEM LOCAL

### **MPs que trancam a pauta do plenário da Câmara dos Deputados:**

- 476/09, concede crédito presumido do IPI às empresas que usarem como matérias-primas artigos recicláveis adquiridos de cooperativas de catadores;
- 477/09, concede crédito extraordinário de R\$ 18,1 bilhões a ministérios e estatais e cancela outros R\$ 14,6 bilhões;
- 478/09, extingue o seguro habitacional vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) (a Caixa Econômica Federal fica responsável por administrar os seguros já feitos nessa modalidade) e prevê um aporte de R\$ 172 milhões ao Fundo de Desenvolvimento Social para financiar moradias para famílias de baixa renda organizadas em cooperativas ou associações;
- **479/09, reorganiza carreiras do serviço público federal;**
- 480/10, abre crédito extraordinário de R\$ 1,37 bilhão a e ao Fundo de Participação dos Municípios (para atender vítimas de chuvas e enchentes ocorridas no final de 2009 nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste);
- 481/10, autoriza doações de estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional; e
- 482/10, permite ao Brasil suspender pagamentos de direitos de propriedade intelectual para o país que descumprir as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

### **MPs que trancam a pauta do plenário do Senado Federal:**

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne, nesta terça-feira (13). A pauta de discussão da CAE será dividida em duas partes, na primeira haverá audiência pública para debater sobre o PLS 229/09, do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), que estabelece normas gerais sobre plano, orçamento,

controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.

A audiência acontece em atendimento ao requerimento 3/10-CAE, senador Francisco Dornelles (PP/RJ). Para participar da audiência foram convidados o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringel; o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado; e o secretário de estado de Fazenda de Minas Gerais, Simão Cirineu.

Na segunda parte da reunião, a pauta conta com 12 itens, dentre os quais se destacam:

#### Fies

O PLS 530/07, do senador Cristovam Buarque (PDT/DF), que altera o artigo 5º da Lei 10.260/01. O projeto do senador condiciona a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS), relator do projeto na CAE, ofereceu parecer favorável pela aprovação. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.

#### Isenção de IPI

O PLS 646/07, do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ), que dá nova redação ao inciso IV, do artigo 1º, da Lei 8.989/95, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros.

De acordo o projeto, a alteração na Lei 8.989/95, passam a ter direito à isenção os portadores de deficiência auditiva, e não apenas de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, e autistas.

A relatoria do projeto de lei está com o senador João Vicente Claudino (PTB/PI), que apresentou parecer pela aprovação, com emendas. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), agora tramita na CAE em decisão terminativa.

#### Fundo de Garantia

Está na pauta da CAE o projeto de lei que dispõe sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências.

O PLS 193/08, do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), altera o caput do artigo 13 e o artigo 22 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.

De acordo com o projeto, os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos, mensalmente, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice que venha a substituí-lo, e capitalização de juros de 3% ao ano.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com parecer favorável. Na CAE, o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), ofereceu parecer pela aprovação, com substitutivo.

A matéria será deliberada em decisão terminativa na CAE.

#### Imposto de Renda

Na pauta da CAE também há o PLS 194/09, do senador César Borges (PR/BA), que altera a Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

A proposição visa autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados em plano de saúde contratado em benefício de empregado doméstico.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com parecer favorável. Na CAE, a relatora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM/RN), ofereceu parecer pela aprovação. A matéria será deliberada em decisão terminativa na CAE.

O debate na CAE tem início às 10 horas, no plenário 19 da Ala Alexandre Costa, Anexo II.

#### Pré-sal e Previdência Social

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública conjunta com Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social (Casemp), nesta terça-feira (13).

O foco dos debates será "A importância de destinar recursos do Pré-Sal para a Previdência Social".

Os autores dos requerimentos para a realização do debate foi o senador Paulo Paim (PT/RS) e a senadora Rosalba Ciarlini (DEM/RN).

Foram convidados para o debate o presidente da Nova Central, José Calixto Ramos; o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), José Augusto da Silva Filho; os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Moacyr Roberto Tesch Auersvald; da CUT/DF, Rejane Pitanga; da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Antonio de Moraes; da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves; dos representante da CTB, José Divanilton da Silva; do ministério da Previdência Social; Carlos Eduardo Gabas; e o deputado Antônio Palocci (PT/SP).

A audiência pública acontece às 14 horas, no plenário 9, ala Alexandre Costa.

Relações sociais cadeia-escola pública

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) pode votar, nesta terça-feira (13), requerimento para realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir as relações sociais cadeia-escola pública.

Segundo a autora do requerimento, senadora Rosalba Ciarlini (DEM/RN), entre dezembro de 2005 e junho de 2009 houve aumento de 130,80% de presos de 18 a 24 anos de idade,

O requerimento sugere que sejam convidadas para o debate as seguintes autoridades: Luiz Barreto, ministro da Justiça; Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação; Fábio Feitosa da Silva, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); Miriam Abramovay, Observatório de Violência nas Escolas; Alba Zaluar, socióloga e coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Os trabalhos na CE acontecem às 11 horas, no plenário 15, ala Senador Alexandre Costa.

Meia-entrada pela internet

Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne nesta terça-feira (13), destaca-se o PLC 35/09 (PL 2.125/07, na Câmara dos Deputados), do deputado Felipe Bornier (PHS/RJ), que tem decisão terminativa nesta comissão.

O projeto de lei obriga os fornecedores de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.

O texto diz que para a comprovação da situação de beneficiário da meia-entrada, o usuário deverá apresentar a documentação exigida, com o ingresso, na data do evento cultural. A impossibilidade de comprovação do direito ao benefício implica a perda do ingresso pelo comprador.

A matéria já foi apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE); e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), tendo parecer favorável nas duas.

O texto tem parecer pela aprovação, oferecido pelo relator na CMA, senador Jayme Campos (DEM/MT).

O colegiado da CMA se reúne às 11h30, no plenário 6, ala Senador Nilo Coelho.

Garis

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne, nesta quarta-feira (14), dentre os itens que compõem a pauta de votação está o PLS 464/09, do senador Paulo Paim (PT/RS), que fixa o piso salarial do gari e define o grau do adicional de insalubridade que lhe é devido.

Pelo projeto, o piso salarial mínimo será de R\$ 1.000 mensais, a partir de 1º de janeiro de 2011 e o adicional de insalubridade sempre será em grau máximo devido ao gari.

O relator, senador Heráclito Fortes (DEM/PI), apresentou parecer pela aprovação, com três emendas. A matéria tramita em caráter terminativo na CAS.

Fundo de Garantia

A CAS pode votar nesta semana o PLS 255/07, do senador Neuto de Conto (PMDB/SC) que disciplina a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para os aposentados que voltam a trabalhar.

A matéria, que tem decisão terminativa nesta comissão, acrescenta inciso XVIII ao artigo 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.

O relator do projeto, senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG) ofereceu parecer pela aprovação do PLS 255/07, com emenda substitutiva, e pela prejudicialidade do PLS 263/07 e do PLS 55/09, ambos tramitavam com o primeiro.

Caso a emenda substitutiva seja aprovada, ela será submetida à votação em turno suplementar.

Suspensão do contrato de trabalho

Também consta na pauta da CAS o projeto que tem o objetivo de instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.

O PLS 76/05 (terminativo), do senador Jefferson Peres (PDT/AM), altera a redação do artigo 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O relator, senador Raimundo Colombo (DEM/SC), emitiu parecer pela aprovação da proposição. A votação será nominal.

Discriminação na contratação de trabalhadores

Está na pauta da CAS o PLS 266/08, do senador Mário Couto (PSDB/PA), que altera a CLT, para incluir dispositivo que proíbe a consulta aos cadastros e bancos de dados de proteção ao crédito, públicos e privados, para fins de admissão de empregados.

O relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) apresentou parecer pela aprovação. A decisão na CAS é em caráter terminativo.

### Regulamentação de profissão

Pode ser votado nesta semana na CAS, o PLS 607/07, do ex-senador Expedito Júnior (PSDB/RO), que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências.

O texto, sob a relatoria do senador Raimundo Colombo (DEM/SC), recebeu parecer favorável à matéria, com emendas.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CI) e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão da CAS é terminativa.

### Fundo de Garantia

Na pauta da CCJ também está o PLS 375/09, do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE), que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.

O projeto de lei objetiva a liberação de recursos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações, amortização extraordinária ou liquidação de saldo devedor decorrentes de financiamento habitacional de filhos do trabalhador que sejam maiores de 21 anos, tenham vínculo matrimonial ou união estável e não possuam imóvel próprio.

A relatoria da matéria está com a senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), que já deu parecer favorável ao texto, com uma emenda. A proposição tramita na CCJ em decisão terminativa.

### Diarista

Também está na CAS o PLS 160/09, da senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que dispõe sobre a definição de diarista.

Pelo texto da senadora, definiu-se diarista como todo trabalhador que presta serviços no máximo duas vezes por semana para o mesmo contratante, recebendo o pagamento pelos serviços prestados no dia da diária, sem vínculo empregatício.

A diarista devesse apresentar ao contratante, comprovante de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) como contribuinte autônomo, ou como contribuinte funcional, hoje é de 11% sobre um salário mínimo.

A matéria aguarda a análise na CCJ, uma vez que houve troca de relator. Antes, a relatoria do projeto estava com o ex-senador Lobão Filho (PMDB/MA), que terminou o exercício do mandato. Agora, quem irá emitir o parecer será o senador Flávio Arns (PSDB/PR).

A reunião da CAS acontece às 11 horas, no plenário 9, ala Senador Alexandre Costa.

### Declaração de IR

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne, nesta quarta-feira (14). Na pauta, o PLC 49/06, do ex-deputado Tarcísio Zimmermann, que dispõe sobre a gratuidade na apresentação da Declaração Anual de Isento e dá outras providências.

O relator na CCJ, senador Marconi Perillo (PSDB/GO), apresentou parecer pela aprovação do projeto, com emendas.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e será reexaminada pela mesma Comissão.

### Terceirização do trabalho no campo

Continua na pauta da CCJ o polêmico projeto que permite a atividade de empresas de trabalho temporário no meio rural. Trata-se do PLS 171/04, do senador Ramez Tebet (PMDB/MS).

A alteração na lei abre brecha para a terceirização indiscriminada do trabalho no meio rural. A mudança pode facilitar a ação dos "gatos", como vulgarmente são conhecidos os aliciadores que atuam no campo brasileiro.

A senadora Kátia Abreu (DEM/TO) apresentou parecer pela aprovação, com a emenda apresentada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A senadora Marina Silva (PV/AC) apresentou voto em separado pela rejeição da matéria, por inconstitucionalidade e injuridicidade.

Em seguida, a matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

### Elaboração do orçamento

A CCJ poderá votar o PLS 171/05, do senador Pedro Simon (PMDB/RS), que dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário.

Segundo o texto apresentado, o projeto determina a promoção e o incentivo, por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, da participação direta de cidadãos ou de entidades por eles constituídas, por meio de audiências públicas e de apresentação de propostas de iniciativa popular, no processo de elaboração, aprovação e controle da execução do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais.

O relatório do senador Eduardo Suplicy (PT/SP), relator da matéria, é pela aprovação, com emenda substitutiva. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).  
O debate na CCJ tem início às 10 horas, no plenário 3, ala Senador Alexandre Costa.

## **FENASPS**